

INGRESSO NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: as mulheres do campo enfrentam mais obstáculos?

*Aline Mendes Bernardes Santos
Danilo Seithi Kato
Francisco Ângelo Coutinho*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo identificar e mapear os empecilhos que as mulheres do campo podem enfrentar para ingressar em um curso de licenciatura em educação do campo e compreender se as camponesas enfrentam mais entraves que os camponeses para iniciarem seus estudos no curso em uma universidade da região sudeste do Brasil. A produção de dados ocorreu por meio de entrevistas em grupo – grupos focais – e entrevistas individuais com discentes de uma licenciatura do campo. Para mapear os atores que podem desviar os/as possíveis ingressantes do curso, a teoria ator-rede foi utilizada como ferramenta metodológica. Um número maior de agentes de desvio do ingresso na licenciatura emergiu dos resultados para o grupo das mulheres do campo. Conclui-se que a presença do número maior de atores que pode distanciar as camponesas do ingresso no referido curso superior indica que uma divisão sexual do trabalho baseada em uma concepção de gênero muito fortemente influenciada pelo patriarcado ainda se faz presente em contextos rurais.

Palavras-chave: camponesas; gênero; estudos feministas; patriarcado; teoria ator-rede.

STARTING A LICENTIATE UNDERGRADUATE COURSE IN COUNTRYSIDE EDUCATION: do peasant women face more obstacles?

Abstract

This article aims to identify and map the obstacles that rural women may face before joining a licentiate undergraduate course in rural education at a university in the southeast of Brazil and understand whether female peasants face more obstacles than male peasants when starting their studies. Data was produced by means of group interviews – focus groups – and individual interviews with students from a rural education licentiate degree. The actor-network theory was used as a methodological tool in order to map the actors that can divert the rural areas inhabitants trying to join the course. A greater number of agents of diversion from entering the degree emerged from the results for the group of rural women. In conclusion, the presence of a greater number of actors that can distance peasant women from entering the aforementioned higher education course indicates that a gender division of labor based on a conception of gender that is strongly influenced by patriarchy is still present in rural contexts.

Keywords: gender; peasant women; feminist studies; patriarchy; actor-network theory.

INGRESSO A UNA LICENCIATURA EN EDUCACIÓN DEL CAMPO: ¿las mujeres rurales enfrentan más dificultades?

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar y mapear los obstáculos que las mujeres del campo pueden enfrentar para ingresar a un curso de licenciatura en educación del campo y comprender si las campesinas enfrentan más dificultades que los campesinos para comenzar sus estudios en el curso en una universidad en la región sudeste de Brasil. La producción de datos se realizó a través de entrevistas grupales - grupos focales - y entrevistas individuales con estudiantes de una licenciatura en educación campesina. Para mapear los actores que pueden desplazar a los/as aspirantes a ingresar al curso, la teoría actor-red fue utilizada como herramienta metodológica. Un mayor número de agentes de desvío para el ingreso a la licenciatura surgió de los resultados para el grupo de mujeres del campo. Se concluye que la presencia de un mayor número de actores que pueden alejar a las mujeres campesinas de ingresar a los ya mencionados cursos de educación superior indica que una división sexual del trabajo basada en una concepción de género muy fuertemente influenciada por el patriarcado aún está presente en los contextos rurales.

Palabras clave: género; campesinas; estudios feministas; patriarcado; teoría actor-red.

INTRODUÇÃO

A educação do campo foi gestada como uma modalidade da educação que pretende agir em prol da emancipação dos/as campesinos/as. Tem como um dos seus princípios o protagonismo dos sujeitos do campo e “[...] inscreve-se no ideário da educação como formação humana, libertadora, comprometida com a transformação social” (Begnami; Antunes-Rocha, 2019, p. 8).

Os cursos de licenciatura em educação do campo (LECampo) ocorrem em regime de alternância. Os calendários letivos são, então, divididos de modo que as aulas presenciais ocorram nas universidades durante o tempo escola (TE), que se alterna com o tempo comunidade (TC), período no qual os/as estudantes desenvolvem atividades relacionadas ao processo formativo em suas comunidades. Assim, a pedagogia da alternância (PA) possibilita o acesso e permanência de campesinos/as nos diferentes níveis da educação. No que concerne aos cursos de LECampo, embora mulheres tenham sido a maioria dentre os/as discentes (Audi, 2015; Duarte; Amaral, 2021; Froes, 2019), Roberta Duarte e Débora Amaral (2021) e Livia Froes (2019) sugerem que campesinas matriculadas nas LECampo (que chamaremos aqui de lecampinas) consideram evadir destes cursos devido à pressão feita por seus maridos, insatisfeitos por não as ter em casa durante os TE.

Embora as LECampo tenham sido gestadas para a “[...] emancipação dos subalternos” (Begnami; Antunes-Rocha, 2019, p. 8), destacamos que vivemos em uma sociedade eurocêntrica e patriarcal e pensamos “[...] a partir de um conceito universal de homem, que remete ao modelo de homem branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo” (Rago, 2019, p. 374). Lugones (2020) destaca que a construção dicotômica de gênero baseada no dimorfismo biológico deve ser problematizada e ressalta que “[...] a redução do gênero ao privado, ao controle do sexo [...] é uma questão ideológica, apresentada como biológica” (p. 73).

Faria (2009), Lombardi (2009), Melo e Di Sabbato (2009), Souza, Saraiva de Loreto e De Fátima Eufrásio (2023) e Tedeschi (2013) destacam que a divisão sexual do trabalho baseada em um determinismo biológico de gênero se faz muito presente nas regiões rurais. A visão patriarcal, que coloca as mulheres como as únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo, cuidado com a família e as tarefas domésticas, faz com que elas fiquem restritas aos espaços privados e

exerçam, por grande parte do seu tempo, trabalho não remunerado, o que ainda é uma realidade muito forte no campo.

A imagem da “[...] mulher frágil, fraca, tanto corporal como intelectualmente, reduzida ao espaço privado e sexualmente passiva” (Lugones, 2020, p. 73) tem sido criticada desde o surgimento dos feminismos do século XX. Aqueles feminismos, entretanto, discutiam apenas o gênero e não faziam as ligações com as outras categorias de opressão, como classe e raça. Audre Lorde (2019) explica que, ao não olharmos para os diferentes e não os reconhecermos como diferentes, nós produzimos a separação entre nós e eles. A autora define o racismo como “[...] a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância” e o sexismo, como “[...] crença da superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância” (p. 240).

Lélia González (2020) destaca que, no movimento negro, as mulheres sofriam sexismo e eram excluídas dos espaços de decisão, o que fez com que aquelas mulheres começassem a gestar o feminismo negro. Ao nos deslocarmos para o campo, Maria Ignez Paulilo (2004) destaca que, nos movimentos de luta pela terra, as reivindicações acerca da opressão de gênero não são ouvidas e mulheres são comumente excluídas dos espaços de decisão daqueles movimentos. Sobre as opressões que ocorrem no campo, Nalu Faria (2009, p. 21) evidencia que há “[...] uma enorme desigualdade, que é marcada profundamente pela imbricação de classe, gênero e raça-etnia” e destaca que a migração de camponesas tem aumentado em decorrência do número reduzido de oportunidades de trabalho e falta de liberdade e autonomia em decorrência das relações patriarcais no campo.

A posição da mulher do campo como subalterna pode ser perpetuada, inclusive, por instituições de ensino em contextos rurais. As autoras Rua e Abramovay (2000), que estudaram a questão de gênero em assentamentos rurais, destacam que as escolas, por serem parte da ordem social, podem acabar reforçando valores que fazem com que as assimetrias de gênero persistam. Ademais, Cleide Matos e Manuelle Reis (2018), constataram que uma visão de gênero embasada nas diferenças biológicas de mulheres e homens estava presente em uma proposta curricular de escolas do campo na região Norte do Brasil.

Conforme exposto por Alzira Menegat (2009), a superação da hierarquia entre homens e mulheres se dá mais lentamente no campo. No âmbito da agricultura familiar, as famílias, em especial o chefe da família, exercem um intenso controle sobre as jovens de regiões rurais (Aguar; Stropasolas, 2010; Castro, 2008; Froes, 2019; Lombardi, 2009; Menegat, 2009; Tedeschi, 2013). Elisa de Castro (2008, p. 124) ainda salienta que tal controle social ocorre também por pessoas que não são da família, além de haver a “[...] exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda, dos espaços de decisão”.

Vilenia Aguiar e Valmir Stropasolas (2010) destacam que os filhos de agricultores são reconhecidos como agricultores, ao passo que as moças não têm tal reconhecimento. Assim, a lavoura, espaço pertencente à esfera produtiva da unidade familiar, é percebida como um espaço masculino, ainda que as mulheres exerçam tarefas relacionadas às plantações. Tendo em vista a exclusão das mulheres do campo do poder de decisão sobre a produção das famílias e dos processos de herança e remuneração do trabalho dedicado à produção agrícola da família, os autores ressaltam que a educação se apresenta como uma possibilidade para as mulheres do campo terem seus próprios recursos financeiros. Sendo o magistério uma profissão associada ao estereótipo de gênero de mulheres boas cuidadoras, a profissão de docente é comumente vista como aquela que pode ser exercida por mulheres do campo, visto que, conforme destaca Cláudia Vianna (2016, p. 93):

O cuidado, por exemplo, é visto como uma característica essencialmente feminina – para alguns uma responsabilidade natural, para outros, fruto da socialização das mulheres. Muitas atividades profissionais associadas ao cuidado são consideradas femininas, como a enfermagem, o tomar conta de crianças pequenas, a educação infantil, etc.

A autora ainda destaca que os cargos relacionados à docência na educação infantil são menos valorizados. Além disso, há um processo de estratificação da docência. Sobre esta questão, Duarte (2013, p. 38) explica que os homens ocupam “[...] cargos hierarquicamente superiores [...] na administração ou nas etapas e níveis de ensino mais valorizados” que as mulheres nas escolas. Tendo em vista a visão dicotômica de ocupações masculinas e femininas, a profissão de docente da educação infantil é tida como feminina. No entanto, é importante ressaltar que as LECampo habilitam seus/ suas discentes a tornarem-se professores/as de ensino fundamental II e ensino médio.

Aguiar e Stropasolas (2010) salientam que, em regiões rurais, não é infrequente que as famílias e a comunidade demonstrem ter um forte juízo de valor acerca do comportamento das moças, que é “[...] revestido de um forte teor moral”, além de haver uma “[...] coerção social exercida sobre a educação da moça”.

Em se tratando do ingresso e permanência de alunas em cursos de LECampo, Duarte e Amaral (2021) e Livia Froes (2019) destacam que licenciandas destes cursos sofriam pressão de seus maridos por ciúmes e por deixarem de lidar com as tarefas domésticas e cuidar dos filhos enquanto estavam nos TE, o que era mencionado como um motivo para evasão. A última autora destaca que as estudantes de uma LECampo relatavam que tal pressão exercida pelos maridos das lecampinas era apontado como motivo não só para a evasão, mas também para que mulheres do campo sequer tentassem ingressar na licenciatura. Uma possível solução para esta questão poderia ser a criação de projetos como o ciranda infantil, que “[...] constitui-se num espaço que garante às mães e aos pais estudantes um lugar onde seu filho (a) é acolhido e tem diversas atividades” (Louzada; Saraiva, 2023, p. 3), no entanto, as cirandas não existem em todas as universidades que ofertam a LECampo.

Nesse contexto, as instituições de ensino superior (IES) podem estar deixando de receber muitas mulheres do campo por não compreenderem as necessidades específicas das campesinas, visto que podem ainda pensar nos/as estudantes das LECampo a partir de uma visão universal de homem. Conforme exposto por Sandra Harding (2019), autoras feministas têm se destacado ao criticarem a ideia do homem universal. A autora adiciona que devemos questionar também as análises que ocorrem a partir da ideia de uma “mulher universal”. Levando em consideração a alta evasão de discentes das licenciaturas e o declínio da procura por estes cursos, urge que sejam realizados estudos que busquem investigar os motivos para o esvaziamento das licenciaturas no Brasil. Uma vez que o número de alunas tem sido maior que o de alunos nas LECampo, é importante que se dê um destaque para os entraves que podem se dar de modo a desencorajar as campesinas a ingressarem nestes cursos.

Existe, portanto, a necessidade de não olhar para campesinos/as como um grupo único que compartilha dos mesmos desafios e investigar se gênero se constitui como um entrave para que as mulheres do campo estudem e ocupem outros espaços que não o espaço privado do lar. Sendo assim, o presente trabalho teve o objetivo de identificar e mapear os atores que promovem desvios que podem ocorrer de modo a distanciar campesinas do objetivo de ingressarem na LECampo, além de comparar com os atores que podem promover translações e distanciar os

campesinos do ingresso no mesmo curso de licenciatura. Com a finalidade de alcançar tais objetivos, utilizamos a teoria ator rede (TAR) como referencial teórico-metodológico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo foi baseado no trabalho inspirado na TAR de Allain e Coutinho (2017) que objetivou mapear os distanciamentos da identidade de professores de estudantes de um curso de licenciatura. Os autores identificaram muitos atores que realizavam translações que provocavam uma falta de identificação com a docência ao longo da trajetória dos licenciandos.

Bruno Latour (1994), um dos principais autores da TAR, explica que usa “[...] translação com o sentido de deslocamento, desvio, invenção, a criação de uma ligação que não existia antes e que, em algum grau, modifica dois elementos ou agentes” (p. 32, tradução nossa). Atores, actantes ou agentes, segundo Latour, estão relacionados a tudo o que tem agência, que age e pode mudar as ações dos outros e não se restringem a atores humanos.

A TAR foi utilizada como ferramenta metodológica do presente trabalho com a finalidade de identificar e mapear os agentes que podem promover translações que desviam as campesinas do ingresso na LECampo, além de comparar com os agentes que desviam campesinos do ingresso no curso e ilustrar como ocorrem tais distanciamentos - desvios - por meio de redes desviantes do ingresso na LECampo.

Os dados foram produzidos a partir de registros em caderno de campo durante aulas da turma de LECampo, bem como entrevistas em grupo - grupos focais - e entrevistas livres individuais. Antes da fase de entrevistas, um questionário semiestruturado que foi respondido pelos/as estudantes durante um dos TE do curso. O questionário serviu de base para a elaboração do roteiro de entrevistas livres e grupos focais. As entrevistas foram realizadas à distância e gravadas por meio de um aplicativo de videoconferências. Realizou-se um grupo focal com lecampinas e outro com os lecampinos da mesma turma. Após a realização dos grupos focais, quatro alunas foram selecionadas para as entrevistas individuais. As transcrições das entrevistas e os registros do caderno de campo foram analisados e os atores foram identificados com base em alguns aspectos da análise de conteúdo (Moraes, 1999). Ressaltamos que a produção de dados só foi possível devido à colaboração dos/as sujeito/as que participaram da investigação, com destaque à contribuição das lecampinas, pois foram fundamentais para a pesquisa por reconhecerem a importância do tema.

RESULTADOS

À época da produção de dados, a turma tinha 25 estudantes: 5 licenciandos e 20 licenciandas. É importante destacar que 32 discentes foram matriculados no curso, mas um total de 6 mulheres e um homem daquela turma já haviam evadido. Os resultados foram dispostos na forma de uma tabela e duas figuras de modo a possibilitar a comparação dos potenciais desvios que podem ocorrer para licenciandas e licenciandos.

Atores e translações que distanciam campesinas e campesinos do ingresso na LECampo

Os actantes que podem desviar aqueles/as que tinham a intenção de ingressar na LECampo foram dispostos na tabela 1. A tabela ilustra que as campesinas sofrem ação de um número maior de desvios ao ingresso na LECampo, representados pelos actantes na coluna da esquerda, que os campesinos participantes do mesmo processo seletivo. A tabela também torna evidente que os três primeiros actantes se apresentam tanto para licenciandas quanto para licenciandos.

Tabela 1- Agentes de desvio do ingresso na LECampo

Actantes que promovem desvios do ingresso no curso	
Campesinas	Campesinos
1 - Receio de ir estudar em outra cidade	1 - Receio de ir estudar em outra cidade
2 - Falta de informações sobre o curso/dificuldades na inscrição	2 - Falta de informações claras sobre o curso/dificuldades na inscrição
3- Percepções negativas sobre a docência	3- Percepções negativas sobre a docência
4 - Receio de “deixar” filhos e pais	
5 - Preconceito de pessoas da comunidade	
6 - Família (pais e maridos)	
7 - Membro do sindicato de trabalhadores rurais	
8 - Seleção com poucas vagas	
9 - Preferência pela educação infantil	

Fonte: Autoria própria (2022)

No que concerne ao primeiro actante: receio de ir estudar em outra cidade, ele traduz uma preocupação relacionada a viver em uma cidade grande por muitos desconhecida, devido aos perigos e dificuldades de mobilidade que os/as futuros/as discentes poderiam enfrentar. Falas relacionadas ao receio de viver em uma cidade grande desconhecida foram frequentes durante os grupos focais de licenciandas e licenciandos. Um aluno, que nomeamos como Rafael, disse ter “[...] medo [de] sair sozinho [na cidade grande]”. Outro licenciando expressou o mesmo receio: “[...] cidade grande, né? Muita coisa acontece. Então, [pensei] será que valeria a pena?”. Tal receio também é evidenciado na fala da discente que chamamos de Marina: “Eu mesma não tinha ido numa cidade grande. Então, foi um grande desafio para mim”. O primeiro actante emergiu, visto que os/as discentes precisariam sair de suas comunidades para estudar na universidade durante os TE presenciais.

Em relação às preocupações ligadas ao fato de que os/as campesinos/as teriam que se ausentar de suas comunidades, o apoio dos familiares foi fundamental para que eles ingressassem no curso, o que corrobora Froes (2019). Entretanto, a preocupação relacionada a estudar em outra cidade estava, muitas vezes, relacionada à falta de informações sobre o curso. Muitos/as não compreendiam como se manteriam, pois não tinham acesso a informações precisas sobre bolsas,

acomodações e o transporte que são disponibilizados para os estudantes do curso, o que é evidenciado na fala de Sandro: “O meu empecilho na faculdade era saber como eu ia me manter [...] eu não sabia [...] como que ia ser moradia, como que ia ser transporte”. Ademais, muitos/as licenciandos/as que colaboraram com a nossa pesquisa disseram ter tido dificuldades na realização da inscrição no processo seletivo. Tais dificuldades estavam relacionadas à falta de informações, dificuldades de acesso à internet e aos documentos necessários para inscrição. Assim surgiu o ator falta de informações sobre o curso/ dificuldades na inscrição. Sobre este empecilho, os/as discentes que ingressaram destacam a colaboração de seus amigos e familiares egressos do curso como um facilitador do processo de inscrição. Nossos dados corroboram os de Daniela Colombo (2020), que destaca a importância da divulgação do curso por egressos e a necessidade de que o curso seja mais bem divulgado, e de Roberta Duarte e Débora Amaral (2021), que indicam que a falta de informações relacionadas ao funcionamento do curso pode contribuir com a evasão.

Ainda sobre a falta de informações sobre o curso, alguns revelam até mesmo que não sabiam que as LECampo são cursos para formar professores. A falta de informação como um potencial agente de desvio está ligada ao terceiro actante, percepções negativas sobre a docência, que também está presente nas duas colunas da tabela, pois exerce agência sobre o grupo das campesinas e dos campesinos. Não é raro que discentes de licenciaturas apresentem percepções negativas acerca da docência e ingressem nos cursos não tendo a intenção de tornarem-se professores, conforme ressaltam Allain e Coutinho (2017). No entanto, em relação à desvalorização financeira da profissão docente, Walquíria Audi (2015) esclarece que, tornar-se docente, para campesinos/as, pode se constituir como uma forma de aumentar a renda, pois trabalhadores de áreas rurais frequentemente apresentam rendimentos médios inferiores aos dos trabalhadores urbanos.

Voltando ao actante receio de estudar em outra cidade, inferimos que ele pode exercer uma força maior sobre as campesinas que consideravam ingressar no curso por estar relacionado a outros actantes, dentre eles: receio de “deixar” filhos e pais. Este ator emerge como capaz de promover um distanciamento do ingresso no curso apenas para as campesinas, visto que ficar longe da família e abster-se do cuidado de filhos e pais era uma questão importante para as licenciandas. O mesmo actante não aparece como um agente de desvio dos campesinos do ingresso no curso. Embora um dos lecampinos que colaborou para a nossa produção de dados tivesse um filho pequeno, ele explicou que seu filho ficava com seus familiares e não relatou este fato como um entrave para que ele fosse estudar em outra cidade. Sendo assim, o agente pode estar associado à divisão sexual do trabalho relacionada a um determinismo biológico de gênero ainda muito presente em nossa sociedade patriarcal, que tem muita força em regiões rurais, conforme ressaltaram Souza, Saraiva de Loreto e De Fátima Eufrásio (2023), Tedeschi (2013), Faria (2009), Lombardi (2009) e Melo e Di Sabbato (2009).

Outro agente que desvia apenas licenciandas no ingresso no curso é o preconceito das pessoas da comunidade, que condiz com o “controle social” destacado por Castro (2008). O ator emerge a partir da fala de algumas licenciandas que relataram que eram malvistas por deixarem familiares sem os seus cuidados enquanto estudavam na universidade durante os TE. Elas explicam que eram julgadas por pessoas da comunidade por terem a intenção de “estudar fora”, o que pode ser exemplificado com a fala de Marina:

[...] com duas crianças pequenas [...] a gente sofre um certo preconceito [...] ‘Para que que você vai estudar?’ [...] Falta de apoio de mulheres. ‘Ah... Você é muito louca de sair’. A gente sofre muito preconceito ainda. [...] Porque [...] um homem sair... Não é estranho, entendeu?

Além de julgarem as campesinas que desejavam estudar longe de suas comunidades, as pessoas da comunidade insinuavam que a licencianda não precisaria nem deveria estudar. O trecho de fala citado acima ocorreu durante o grupo focal das licenciandas. Tal fala foi sucedida por outra de uma colega que relata ter sofrido com preconceito e descrença em relação à sua capacidade de ser aprovada no curso; por ser mulher e estudar em uma escola do campo. Segundo Sarah, ela e seus pais ouviam que ela dificilmente seria aprovada no processo seletivo de um curso de uma universidade federal, o que ela afirma que não aconteceria com um homem da comunidade que tivesse o mesmo objetivo. O actante preconceito com as mulheres do campo que se ausentam de suas casas para estudar converge com os estudos de Souza, Saraiva de Loreto e De Fátima Eufrásio (2023), Melo e Di Sabbato (2009) e Tedeschi (2013).

Destacamos que o receio de “deixar” os filhos e pais é minimizado pelo fato de o curso ser em regime de alternância. Algumas lecampinas afirmam que a PA foi decisiva para que elas ingressassem no curso, uma vez que não poderiam viver longe de seus familiares durante um ano letivo regular. Uma discente afirma: “[...] uma das vantagens do curso é [...] porque como ele é de alternância dá para você ficar lá e continuar cuidando dos seus filhos e é só [por pouco tempo]”. Embora a PA possibilite que campesinas matriculem-se e permaneçam nas LECampo, algumas são impedidas por familiares, principalmente pais e maridos, de ingressarem nestes cursos, o que fez com que família fosse incluído na rede de atores de desvio. Em uma fala proferida durante uma entrevista individual, Sarah afirma que duas de suas colegas da educação básica foram impedidas de ingressarem no curso:

Uma colega da comunidade [...] quer muito fazer um curso universitário. Mas os pais dela não deixam por ela ser mulher. [...] Têm medo [...] que ela arrume algum namoradinho [...]. Eles têm um menino [...] que vai fazer inscrição esse ano e os pais estão apoiando.

Outra colega [...] se casou e o marido [...] tem muito medo dela ir [...] para a faculdade e lá conhecer outras pessoas [...], se perder. Então, não deixa ela ir pra LECampo. Por ele ter [...] pensamento machista, que ela não pode trabalhar fora. Ela queria muito [...], mas não pode.

Os trechos de fala citados acima exemplificam como mulheres do campo podem ser impedidas por seus maridos e pais de ingressarem nas LECampo. A fala de Sarah corrobora o que expuseram as autoras Rua e Abramovay (2000), Castro (2008) e Menegat (2009) segundo as quais, em contextos rurais, o homem continua sendo visto por muitos como superior às mulheres do campo e o chefe de família exerce controle intenso sobre as mulheres. Tendo em vista o que Froes (2019) e Duarte e Amaral (2021) destacaram sobre alunas de cursos de LECampo serem criticadas por seus maridos por deixarem de cuidar dos filhos e de realizar as tarefas domésticas durante os TE, a criação da ciranda infantil, que existe no campus de Planaltina, da Universidade de Brasília, por exemplo, poderia reduzir a agência dos atores família (pais e maridos), receio de estudar em outra cidade, preconceito das pessoas da comunidade e receio de ‘deixar’ filhos. A ciranda constituiu-se como um “[...] um serviço de cuidado e recreação para os filhos e filhas do/as estudantes” ofertado pela referida universidade (Louzada; Saraiva, 2023, p. 3).

A fala de uma das lecampinas, que evadiu do curso antes da fase de entrevistas, também contribuiu para a da constituição da família como um ator desviante. Durante uma aula do curso, foi registrado no caderno de campo que a aluna tinha a intenção de estudar engenharia, mas que foi impedida por seu pai, pois ele havia dito que aquele não era um “curso para mulher”. Sendo

assim, o actante família age de modo a impedir que as campesinas exerçam profissões que não sejam coerentes com a visão estereotipada sobre as mulheres.

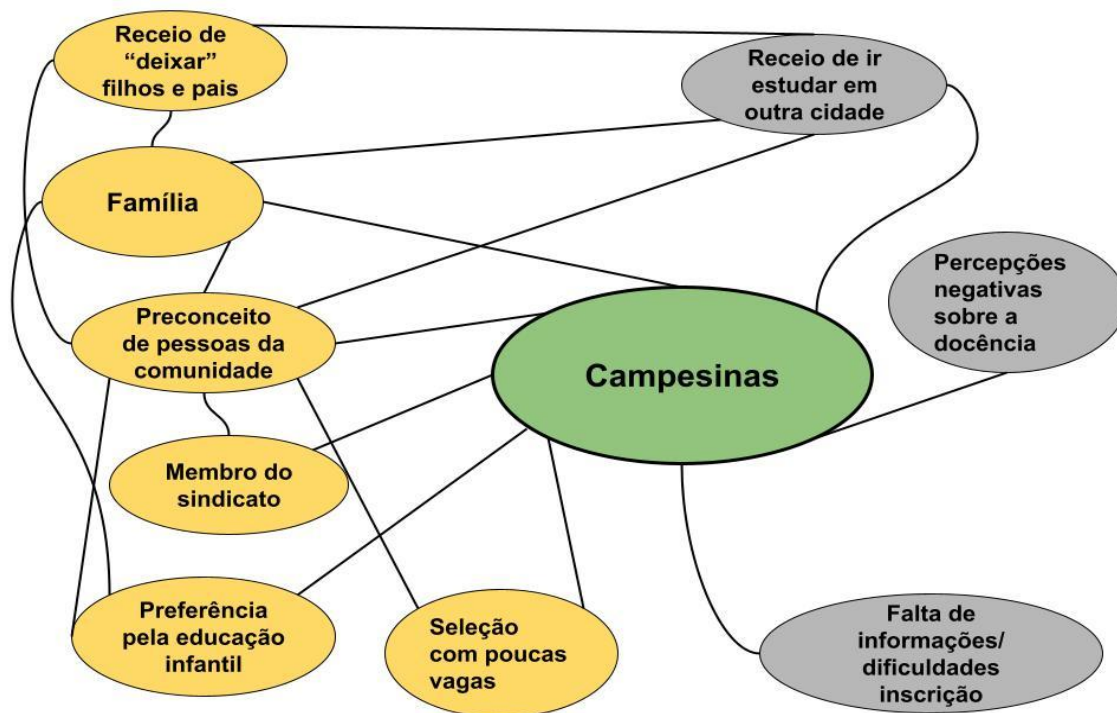
A visão das mulheres marcada por um determinismo biológico pode ter relação com outro actante que emergiu como um potencial agente de desvio de campesinas do ingresso: Membro do sindicato de trabalhadores rurais. Uma lecampina relatou que um membro do sindicato dos trabalhadores rurais sugeriu que ela não teria muitas chances de passar no processo seletivo da LECampo em uma determinada IES. Tal fala pode estar relacionada a uma visão sexista que, segundo Paulilo (2004), está presente em movimentos de luta pela terra. No entanto, não podemos afirmar que a visão sexista se trate da posição daquele sindicato; pode ser a percepção de um homem do campo que compartilha do preconceito das pessoas da comunidade e dos chefes de família que podem fazer com que campesinas descreditem da possibilidade de serem bem-sucedidas em processos seletivos de universidades públicas de renome.

Sobre possibilidade de estudar em IES bem-conceituadas, um outro actante pode distanciar campesinas do objetivo de ingressar na LECampo: seleção com poucas vagas. Esse ator foi constituído a partir do relato de uma lecampina que afirma que algumas de suas colegas da educação básica deixaram de fazer a inscrição no processo seletivo, pois consideraram o número de vagas muito baixo e acreditavam que a possibilidade de passarem era muito remota. Tal descrença na aprovação pode estar baseada numa concepção biológica errônea que as mulheres seriam desprovidas de força física e intelectualmente mais fracas que os homens (Lugones, 2020). Essa concepção de gênero criticada pela última autora pode também estar relacionada ao próximo actante: preferência pela educação infantil. Houve relatos de licenciandas que diziam que prefeririam trabalhar como professoras de educação infantil, ao invés de professoras dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Destacamos que duas estudantes explicaram que prefeririam trabalhar como professoras de educação infantil a lecionarem para adolescentes. A preferência por trabalhar com crianças pode estar relacionada ao estereótipo gênero que dita que a mulher deve exercer profissões relacionadas ao cuidado, conforme destacado por Vianna (2016).

Rede desviante do ingresso de campesinas e campesinos na LECampo

Encontram-se, nesta seção, as redes desviantes que ilustram o mapeamento da relação entre os actantes que podem desviar as campesinas e campesinos do ingresso no curso. A figura 1 ilustra a rede desviante do ingresso das campesinas na LECampo. A primeira figura contém tanto os atores capazes de desviar apenas as mulheres do campo do ingresso no referido curso superior, representados no lado esquerdo em amarelo, quanto aqueles que desviam ambos campesinos e campesinas de iniciarem seus estudos na LECampo, representados na cor cinza. Os agentes desviantes de campesinas e campesinos foram dispostos do lado direito da figura.

Figura 1: Rede desviante do ingresso na LECampo para as campesinas



Fonte: Autoria própria (2024)

Iniciaremos a análise desta seção a partir do agente receio de estudar em outra cidade. O ator age sobre campesinas e campesinos que desejavam ingressar no curso, mas está ligado a diferentes fatores ao compararmos o grupo das licenciandas com o dos licenciandos. O que os jovens do campo que participaram nosso estudo tinham, em relação irem estudar durante os TE em outra cidade, eram os perigos da cidade grande e o fato de não saberem como iriam se manter ao mudar de cidade.

Durante o grupo focal das licenciandas também houve uma menção acerca do temor de passar temporadas em uma cidade grande desconhecida. No entanto, para as licenciandas, a apreensão em relação a ficarem, durante os TE, em outra cidade reside em deixar seus filhos e pais sem seus cuidados. O receio de ausentarem-se de seus lares tem ligação tanto com o agente desviante família, uma vez que alguns familiares, como pais e maridos, parecem exercer um controle sobre as mulheres do campo, o que faz com que algumas desistam de ingressar na LECampo, o que corrobora o que foi identificado por Froes (2019) em relação a uma possível causa de evasão.

Além de sofrer agência da família, o ator receio de ir estudar em outra cidade relaciona-se com o actante preconceito de pessoas da comunidade, visto que as licenciandas que contribuíram com nosso estudo ouviram de membros das comunidades nas quais residem que eram “doidas” de deixarem seus lares para estudar. A última autora citada destaca haver uma maior aceitação, por parte das comunidades rurais, em relação ao homem do campo que se ausenta de seus lares para estudar, o que se confirma com a agência do ator preconceito das pessoas da comunidade. O último ator também parece estar ligado ao actante membro do sindicato, uma vez que o líder sindical que

desencoraja a campesina a tentar o ingresso na LECampo é um homem membro da comunidade onde ela residia. Ressaltamos que não podemos afirmar que tal posicionamento é semelhante ao de outros líderes de sindicatos de trabalhadores rurais e que um membro de outro sindicato foi mencionado por outra licencianda como facilitador de sua participação no processo seletivo para a entrada no curso.

Entendemos que o actante preconceito das pessoas da comunidade exerce agência também sobre seleção com poucas vagas, uma vez que o último desvia apenas campesinas da intenção de ingressarem no curso. Na seção anterior, afirmamos que tal falta de confiança das mulheres do campo na capacidade de serem aprovadas na seleção da LECampo estaria relacionada a uma crença de que as mulheres seriam menos inteligentes que os homens fundada no dimorfismo sexual, criticada por diversas autoras de estudos feministas como Lugones (2020).

O ator preferência pela educação infantil também relaciona-se à divisão sexual do trabalho, baseada em uma visão dicotômica de trabalhos que são considerados masculinos e femininos, e coloca profissões relacionadas ao cuidado, como professora da educação infantil, como sendo essencialmente femininas conforme ressaltado por Vianna (2016). O actante em questão pode estar relacionado aos agentes preconceito de pessoas da comunidade e família, tendo em vista o relato de algumas campesinas que afirmaram que o pai não considerava o curso superior que ela havia escolhido como sendo adequado para mulheres, o que coincide com o controle que os chefes de família exercem, destacado por Aguiar e Stropasolas (2010).

No que concerne aos atores representados em cinza no lado direito da figura 1, com exceção do receio de ir estudar em outra cidade, cuja análise de conexão com outros atores foi descrita acima, estes parecem agir de modo semelhante para campesinos e campesinas.

A título de comparação da primeira rede desviante com a rede de atores que podem desviar os campesinos do curso, apresentamos a figura 2. A figura 2, quando comparada à figura 1, evidencia que um número muito mais reduzido de agentes pode distanciar os campesinos do ingresso no curso. Os atores que emergiram como possíveis agentes de desvio para os homens do campo foram: receio de ir estudar em outra cidade, falta de informações sobre o curso e dificuldades na seleção e percepções negativas sobre a docência.

Figura 2: Rede desviante do ingresso na LECampo para os campesinos



Fonte: Autoria própria (2024)

O ator percepções negativas sobre a docência age sobre o grupo dos licenciandos e licenciandas de forma semelhante. Por outro lado, o actante receio de ir estudar em outra cidade, para o grupo dos licenciandos, sofre influência de falta de informações/ dificuldades na inscrição. Devido à falta de informações acerca da moradia estudantil e da bolsa permanência, os lecampinos discorreram sobre uma insegurança em relação a como eles se manteriam na cidade onde a universidade que oferece o curso está localizada. Para as licenciandas, no entanto, o receio maior advém de uma insegurança em deixar seus filhos e familiares sem seus cuidados durante os TE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos objetivos foram alcançados, visto que identificamos e mapeamos um número muito superior de atores que podem desviar as campesinas de ingressarem na LECampo ao comparamos com o número de agentes que desviam os campesinos do ingresso no curso. Sendo assim, o presente trabalho indica que a campesinas enfrentam mais obstáculos que os campesinos para ingressarem nas LECampo e corrobora as autoras Duarte e Amaral (2021) e Froes (2019), que discorrem sobre os entraves que os maridos das discentes dessas licenciaturas impõem em relação à permanência nestes cursos. Evidenciamos que a escrita deste trabalho foi possível apenas com a parceria de lecampinas que agiram como colaboradoras, pois reconheciam a importância dos objetivos desta pesquisa.

Este trabalho é condizente com Faria (2009), Lombardi (2009), Melo e Di Sabbato (2009), Souza, Saraiva de Loreto e De Fátima Eufrásio (2023) e Tedeschi (2013), que destacam que ainda

se faz presente uma divisão sexual do trabalho muito fortemente influenciada pelo patriarcado no campo. Esta forte influência pode ter consequências no processo de escolarização de camponesas, desencorajando seu ingresso em cursos superiores ou fazendo com que elas abandonem os estudos, por serem consideradas as únicas responsáveis pelos cuidados com a causa, filhos e familiares e por uma crença, alimentada pelo sexismo, que elas não poderiam ingressar em universidades bem-conceituadas ou ocupar os cargos de docência mais valorizados.

Sendo assim, deve-se questionar se as IES que ofertam as LECampo (LEdoC em algumas instituições) pensam tanto nas necessidades de camponeses quanto de camponesas, visto que as últimas enfrentam mais obstáculos ao ingresso nas universidades. Citamos, como uma possível necessidade de camponesas universitárias, as cirandas infantis (Louzada; Saraiva, 2023). A criação destes espaços poderia atrair e reter mais mulheres do campo nas IES, minimizando a preocupação de “deixarem de cuidar” de seus/suas filhos/as durante os TE. As necessidades das camponesas devem ser levadas em conta, visando à redução da evasão e aumento do número de matriculadas em IES provenientes de áreas rurais. Destacamos que estudos que investiguem os entraves ao ingresso e motivos para evasão de alunas de licenciaturas se fazem necessários, tendo em vista o esvaziamento destes cursos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALLAIN, Luciana Rezende; COUTINHO, Francisco Ângelo. Controvérsias em torno das Identidades profissionais de licenciandos em Biologia: Um estudo inspirado na Teoria Ator-Rede. *Educação em Revista*, Belo Horizonte. v. 33, p. 1-20, nov. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-4698164947>. Acesso em 07 mar. 22.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 159-181.
- AUDI, Walquíria Fernandes. *Formação Inicial e Identidade Docente de Licenciandos em Educação do Campo*: um estudo no Vale do Paraíba Paulista. 130 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Humano: formação, políticas e práticas sociais), Universidade de Taubaté, Taubaté, 2015.
- BEGNAMI, João Batista; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Gestão democrática na Educação do Campo: a organicidade como possibilidade de protagonismo dos estudantes. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 4, e6139, 2019. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/6139>. Acesso em 1 dez. 2023.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais - Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos rurais. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (org.). *Reforma agrária e Desenvolvimento*: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008.
- COLOMBO, Daniela Corsino Sandron. *Diálogos interculturais na formação de uma professora de ciências do campo*: estudo em uma comunidade tradicional Geraizeira em Rio Pardo de Minas, MG. 123 f. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020.

DUARTE, Alexandre William Barbosa. *Por que ser professor?* Uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil. 169 f. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2013.

DUARTE, Roberta Gonçalves; AMARAL, Débora Monteiro. Possibilidades de enfrentamento da evasão no curso de Licenciatura em Educação do Campo: a pesquisa enquanto instrumento político e social de transformação. *Revista Devir Educação*, Lavras, v. 5, n. 2, p. 104-125, jul./dez., 2021. Disponível em <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/467>. Acesso em 02 out. 2022.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, Alberto et al. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FROES, Livia Tavares Mendes. *Mulheres do campo no ensino superior: percursos sociais de estudantes no curso de licenciatura em educação do campo na UFMG*. 203 f. Tese. (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GONZÁLES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: Perspectivas decoloniais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.

LATOUR, Bruno. On technical mediation: Philosophy, Sociology, Genealogy. *Common Knowledge*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/54-TECHNIQUES-GB.pdf>. Acesso em 03 out. 2020.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: DI SABBATO, Alberto et al. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. p. 123-158.

LORDE, Audrey. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239-248.

LOUZADA, Etienne Baldez; SARAIVA, Marcia Denise Rodrigues Alves. Entre o brincar e o cuidar: as crianças no projeto ciranda infantil da LEDOC/FUP (BRASÍLIA, 2012-2022). *Rev. Educ., Ciênc. Cult.*, Canoas, v. 28, n. 2, p. 01-18, out. 2023. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/10726>. Acesso em 10 jan. 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: Perspectivas decoloniais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MATOS, Cleide Carvalho; REIS, Manuelle Espíndola. Educação de mulheres ribeirinhas no município de Breves. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1249-1267, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/5425>. Acesso em 01 mar. 2022.

MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: DI SABBATO, Alberto et al. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. p. 3-117.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antônio; FARIAS, Marisa de Fátima (org.). *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados: UFGD, 2009. p. 207-234.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em <http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/60815562/Analise%20de%20conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em 22 mai. 2022.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHVKMD7Ly3T6gks/?lang=pt>. Acesso em 03 set. 2023.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?* As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SOUZA, Maria Ribeiro de; SARAIVA DE LORETO, Maria das Dores; DE FÁTIMA EUFRÁSIO, Luciana. As dimensões do cuidado no âmbito da economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar. *Emancipação*, Ponta Grossa, Brasil, v. 23, p. 1-19, 2023. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/21078>. Acesso em 02 out. 2023.

TEDESCHI, Losandro Antonio. A poderosa “mão invisível” da vida cotidiana: Reflexões sobre gênero e trabalho na história das mulheres camponesas. *Revista História & Perspectivas*. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal. [S. l], v. 26, n. 49, p. 439-457, jul/dez. 2013. Disponível em <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>. Acesso em 03 set. 2023.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 17-18, p. 81-103, 2016. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644555>. Acesso em 10 dez. 2022.

Submetido em abril de 2024
Aprovado em fevereiro de 2025

Informações dos autores

Aline Mendes Bernardes Santos
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: alinemendesbsantos@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0800-8189>
Link *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/7280877740518187>

Danilo Seithi Kato
Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: katods@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3065-6812>
Link *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8887588890591886>

Francisco Ângelo Coutinho
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: couthogambiarra@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4519-2870>
Link *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/9327448059179976>